

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - 08/2011

Cód. 21 – Comprador

1. De acordo com o Decreto Federal n.º 3.931/2001, será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços (SRP) nas seguintes hipóteses abaixo, dentre outras, exceto:
 - A) Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
 - B) Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições.
 - C) Quando pela natureza do objeto for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
 - D) Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

2. De acordo com o Decreto Federal n.º 3.931/2001 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se os critérios abaixo, exceto:
 - A) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
 - B) Os órgãos participantes do registro de preços poderão, diante da necessidade de contratação, recorrerem à Administração, para que esta proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.
 - C) Quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.
 - D) Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

3. Para efeito da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº448/2002, entende-se como material permanente:
 - A) Aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei n. 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.
 - B) Aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.
 - C) Aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a um ano.
 - D) Aquele que, em razão de seu uso corrente, perde sua identidade física e tem sua utilização limitada a dois anos.

4. Supondo que determinado Hospital Municipal de Santo André realizou a assinatura de TV a Cabo para maior comodidade para os pacientes em seus leitos, considerando a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº448/2002, essa despesa será classificada como:
 - A) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Serviços de áudio, vídeo e foto.
 - B) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Serviços técnicos profissionais.
 - C) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Assinaturas de periódicos e anuidades.
 - D) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Serviços de comunicação em geral.

5. Dois prefeitos de cidades vizinhas contrataram um mesmo administrador, com ótima qualificação profissional, para ocupar cargos em comissão de Chefe de Gabinete de seus respectivos municípios simultaneamente. Pode-se afirmar que tal procedimento, considerando a Constituição Federal de 1988, é:
 - A) Correto, pois trata-se de cargo em comissão.
 - B) Incorreto, porque a Constituição Federal 1988 veda a acumulação desses cargos.
 - C) Correto, desde que os prefeitos justifiquem que esta contratação é em caráter emergencial.
 - D) Incorreto, a não ser que o administrador realmente tenha boa qualificação profissional e capacidade técnica, abra mão de uma das remunerações e desde que haja compatibilidade de horários, visto que trata-se de municípios vizinhos.

6. Determinada Prefeitura realizou concurso público para provimento de cargos públicos de analista administrativo. O Edital do concurso exigia que o candidato tivesse o Ensino Médio completo. Após 5 anos da nomeação dos candidatos aprovados, necessitando a Prefeitura prover, com urgência, cargos de advogado, realizou concurso interno entre os analistas administrativos que tivessem completado o curso de direito. Pode-se afirmar que tal procedimento, considerando a Constituição Federal de 1988, é:
- A) Correto, por que havia urgência para o provimento dos cargos e servidores públicos disponíveis e dotados de tal formação em cargos inferiores.
 - B) Incorreto, pois caracteriza readaptação de cargo, possível apenas se tal condição estivesse prevista no edital do concurso de analista administrativo.
 - C) Correto, por que os candidatos possuem a formação necessária e já são servidores públicos aprovados em concurso anterior, podendo desfrutar dessa vantagem.
 - D) Incorreto, por que o ingresso nesse cargo público só pode ocorrer após aprovação em concurso público específico para o cargo.
7. A Lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. Subordinam-se ao regime desta Lei:
- A) Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - B) Os órgãos da administração direta.
 - C) Os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
 - D) Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas.
8. As obras e serviços poderão ser executados nas formas de execução direta e indireta. A respeito da execução indireta, analise as seguintes afirmações:
- I - Empreitada integral é quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
 - II - Empreitada por preço unitário é quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
 - III - Tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
 - B) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
 - C) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
 - D) Todas as afirmativas são corretas.
9. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:
- I - No Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;
 - II - No Diário Oficial da União ou no Diário Oficial do Estado onde se situar a repartição interessada quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;
 - III - No Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;
 - IV - Em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas.
- B) Apenas as afirmativa II e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas.
- D) Todas as afirmativas são corretas.

10. De acordo com a Lei 8.666/93, os prazos mínimos até o recebimento das propostas ou da realização do evento nas modalidades concurso, leilão e convite, respectivamente, são de:

- A) 45, 10, 5 dias.
- B) 45, 15, 5 dias.
- C) 30, 20, 15 dias.
- D) 30, 10, 15 dias.

11. A respeito das modalidades de licitação, julgue a alternativa correta:

- A) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- C) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
- D) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

12. Conforme a Lei 8.666/93, assinale a alternativa incorreta:

- A) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- B) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- D) A dispensa de licitação caracteriza-se pelo fato de que poderia haver o procedimento licitatório, ou seja, há viabilidade jurídica de competição, mas a lei autorizou (dispensável) a celebração direta do contrato ou determinou (dispensada) a não realização do procedimento.

13. De acordo com a Lei 8.666/93, julgue as afirmativas a seguir:

- I - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- II - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- III - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado pelo que o contratado houver executado até a data em que a indenização for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) Apenas as afirmativa II e III são corretas.
- D) Todas as afirmativas são corretas.

14. Conforme a Lei 8.666/93, analise as afirmativas a seguir:

- I - É nulo e de nenhum efeito todo contrato verbal com a Administração.
- II - Os contratos regidos pela Lei mencionada poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- III - O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B) Apenas a afirmativa III é correta.
- C) Todas as afirmativas são corretas.
- D) Apenas as afirmativas II e III são corretas.

15. Em relação às modalidades de licitação, julgue a afirmativa correta.
- A) Nos casos em que couber a tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.
 - B) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a concorrência e, em qualquer caso, a tomada de preço.
 - C) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
 - D) Nos casos em que couber a tomada de preços, a Administração poderá utilizar a concorrência e, em qualquer caso, o convite.
16. Em relação aos princípios básicos que regem as licitações, analise as afirmações a seguir e faça a relação.
- I - Garante ao vencedor da licitação que o seu objeto seja a ele atribuído. A Administração, segundo esse princípio, não poderá atribuir seu objeto a outro que não o vencedor do procedimento licitatório.
 - II - Assegura iguais oportunidades a todos de apresentarem suas propostas.
 - III - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
 - IV - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- A – Publicidade
B – Vinculação ao instrumento convocatório
C – Isonomia
D – Adjudicação compulsória
- Assinale a alternativa correta.
- A) I-D, II-C, III-B, IV-A.
 - B) I-A, II-C, III-B, IV-D.
 - C) I-B, II-D, III-C, IV-A.
 - D) I-C, II-A, III-D, IV-B.
17. Sobre os Contratos Administrativos tratados no Capítulo III da Lei 8.666/93, assinale a alternativa incorreta:
- A) A declaração de nulidade do contrato administrativo não opera retroativamente, conservando os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, produziu até aquele momento.
 - B) Os contratos administrativos de que trata a Lei 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - C) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
 - D) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
18. De acordo com a Lei 8.666/93, as obras e os serviços somente poderão ser licitados em algumas condições essenciais. Não é considerada uma condição fundamental para se licitar obras e serviços quando:
- A) Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
 - B) Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
 - C) Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
 - D) Existir projeto de viabilidade econômico-financeira aprovado por autoridade competente.
19. Os contratos regidos pela Lei 8.666/93 poderão ser alterados com as devidas justificativas, por acordo das partes, quando:
- A) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
 - B) Necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.
 - C) Necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
 - D) Conveniente a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

20. O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento na modalidade concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço", é de:
- A) 45 dias.
 - B) 30 dias.
 - C) 15 dias.
 - D) 5 dias.
21. São todas as modalidades de licitação, previstas na Lei 8.666/93:
- A) Concurso, tomada de preços, convite e leilão.
 - B) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
 - C) Concurso, tomada de preços, pregão e leilão.
 - D) Concorrência, tomada de preços, concurso, pregão e leilão.
22. A respeito das modalidades de licitação, julgue a alternativa incorreta:
- A) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
 - D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
23. Consoante a Lei 8.666/93, não é hipótese de dispensa de licitação, mas um procedimento licitatório inexigível:
- A) A contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
 - B) A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
 - C) A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - D) A contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
24. De acordo com a Lei 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:
- I - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
 - II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
 - III - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 - IV - Autor do projeto, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
- B) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas.
- C) Apenas a afirmativa II é correta.
- D) Todas as afirmativas são corretas.

25. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

- I - Avaliação dos bens alienáveis;
- II - Comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;
- III - Adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e III são corretas.
- B) Apenas a afirmativa II é correta.
- C) Apenas a afirmativa III é correta.
- D) Todas as afirmativas são corretas.

26. A respeito das modalidades de licitação, todas afirmativas a seguir estão corretas, exceto:

- A) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

27. As modalidades de licitação concorrência, tomada de preços e convite, para obras e serviços de engenharia, serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação, respectivamente:

- A) acima de R\$ 650.000,00, até R\$ 650.000,00, até R\$ 65.000,00.
- B) acima de R\$ 1.500.000,00, até R\$ 1.500.000,00, até R\$ 150.000,00.
- C) acima de R\$ 1.000.000,00, até R\$ 1.000.000,00, até 100.000,00.
- D) acima de R\$ 750.000.000,00, até R\$ 750.000.000,00, até R\$ 75.000,00.

28. Uma das habilitações necessárias nas licitações é habilitação jurídica. Pode ser considerada como documentação relativa à habilitação jurídica:

- I - Cédula de identidade;
- II - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- IV - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- V - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B) Apenas as afirmativas IV e V são corretas.
- C) Todas afirmativas são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas.

29. Para habilitação dos licitantes, na modalidade pregão, não é exigida a seguinte documentação:

- A) Habilitação jurídica.
- B) Qualificação econômico-financeira.
- C) Garantia da proposta.
- D) Regularidade Fiscal.

30. Para julgamento e classificação das propostas, na modalidade de licitação pregão, será adotado o critério de:
- A) técnica e preço.
 - B) menor preço.
 - C) melhor técnica.
 - D) qualidade dos produtos ou serviços.
31. De acordo com a Lei 10.520/2002, o prazo de validade das propostas apresentadas nas licitações realizadas na modalidade pregão, será de:
- A) até noventa dias.
 - B) vinte dias, prorrogáveis por igual período.
 - C) quinze dias improrrogáveis para qualquer aquisição.
 - D) sessenta dias ou pelo prazo fixado no edital.
32. De acordo com a Lei 10.520/2002, o pregão é a modalidade de licitação empregada para:
- A) realização de obras e serviços de engenharia.
 - B) realização de obras.
 - C) aquisição de bens e serviços comuns.
 - D) aquisição de bens, serviços comuns, realização de obras e serviços de engenharia.
33. Dadas as seguintes afirmações:
- I - Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a vinte e quatro meses;
 - II - Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;
 - III - Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- No âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, (LC 101/2000), estão corretas as seguintes afirmações:
- A) I, apenas.
 - B) II e III, apenas.
 - C) I e II, apenas.
 - D) I, II e III.
34. A Renúncia de Receita, no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) compreende as seguintes modalidades, exceto:
- A) Concessão de isenção em caráter geral.
 - B) Anistia.
 - C) Remissão.
 - D) Subsídio.
35. De acordo com o Decreto Municipal 16.010/2010, o procedimento para Registro de Preços obedecerá as seguintes etapas de processamento:
- () decisão acerca da conveniência e da oportunidade da realização do registro e, conseqüentemente, determinação da abertura do procedimento para a sua realização;
 - () realização de pesquisa de preços destinada a levantar os preços praticados no mercado em relação ao bem ou serviço de cujo preço se pretende o registro;
 - () aprovação dos resultados da pesquisa de preços;
 - () lavratura da Ata de Registros de Preços, a qual terá efeito de “compromisso de fornecimento ou de prestação de serviços”, e deverá ser assinada pela adjudicatária e titulares das pastas envolvidas.

Considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa correta.

- A) V – F – F – V.
- B) F – F – V – V.
- C) V – V – V – V.
- D) V – V – F – V.

36. De acordo com o Decreto Municipal 16.010/2010, o prazo máximo de validade do registro de preços será de:
- A) 65 dias, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogado por até três vezes, por igual período.
 - B) 12 meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período.
 - C) 2 meses, contados a partir da data da publicação da Ata não podendo o prazo ser prorrogado.
 - D) Pelo prazo que a Administração Pública Municipal decidir, não ultrapassando o período de 6 meses, podendo prorrogar por igual período ou expirar a validade a qualquer momento, unilateralmente.
37. De acordo com o Decreto Municipal 15.926/2009, a Gerência de Contratos - GC estará subordinada ao Departamento de Licitações, vinculado à Secretaria de Gabinete. À Gerência de Contratos - GC compete, entre outras:
- A) Supervisionar os trabalhos da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação.
 - B) Efetuar as publicações relativas aos atos administrativos de dispensas e inexigibilidades e os atos administrativos que compõem as licitações e contratos administrativos, na forma legal.
 - C) Obter a assinatura das partes e testemunhas nos instrumentos contratuais, diligenciando previamente acerca da prestação de garantia, quando for o caso.
 - D) Assegurar a eventual regularização do procedimento licitatório previamente à assinatura do termo contratual pelos respectivos ordenadores de despesa.
38. De acordo com o Decreto Municipal 15.926/2009 assinale a alternativa correta.
- A) Os procedimentos licitatórios no Município de Santo André serão realizados, exclusivamente, pela Gerência de Apoio Jurídico às Licitações – GAJL.
 - B) Os procedimentos licitatórios no Município de Santo André dispensarão a participação da Comissão Permanente de Licitação, independentemente da modalidade de licitação adotada, para desta forma agilizar o tramite processual.
 - C) Os procedimentos licitatórios no Município de Santo André serão realizados por 2 Comissões Permanentes de Licitação - COPEL, vinculadas administrativamente ao Departamento de Licitações da Secretaria de Gabinete.
 - D) Os procedimentos licitatórios no Município de Santo André serão realizados, exclusivamente, pela Gerência de Compras e Licitações, vinculadas administrativamente ao Departamento de Licitações da Secretaria de Gabinete.
39. De acordo com o Decreto Municipal 15.929/2009, considerando V para verdadeiro e F para Falso, as atribuições do pregoeiro incluem:
- I - Credenciamento dos interessados.
 - II - A redação da ata.
 - III - O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos.
 - IV - A confecção do mapa de preços.
- A) F – F – V – V.
 - B) V – V – V – F.
 - C) F – V – V – F.
 - D) V – V – V – V.
40. Considerando o Decreto Municipal 15.929/2009, assinale a alternativa correta.
- A) Incluem-se na modalidade de Pregão as contratações de obras, as locações imobiliárias e as alienações em geral.
 - B) O pregoeiro terá investidura máxima de dois anos, vedada sua recondução, salvo na hipótese de nomeação de dois ou mais pregoeiros, que atuarão em regime de rodízio e sua investidura será por prazo determinado de um ano.
 - C) Os contratos celebrados pela Administração Municipal, Direta e Indireta, para aquisição de bens permanentes e serviços de qualquer natureza, serão precedidos, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade pregão eletrônico.
 - D) Pregão é a modalidade de Licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja seu valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento ou realização do serviço é realizada em sessão pública, por meio de propostas escritas e lances verbais.